

APROXIMAÇÕES DE UM OLHAR FOUCAULDIANO SOBRE O INSTITUCIONALISMO DE THORSTEIN VEBLEN

Marco Antonio Ribas Cavalieri¹
Iara Vigo de Lima²

RESUMO

Thorstein Veblen (1857-1929), considerado o primeiro autor institucionalista, pretendeu formular, na passagem do século XIX para o XX, um sistema de economia política original e alternativo aos pensamentos clássico, neoclássico, historicista e marxista. Nesse artigo, esse sistema de economia política está considerado a partir da arqueologia do saber de Michel Foucault (1926-1984). E, sendo assim, o texto tem dois objetivos mais específicos. Primeiro, expor como a arqueologia de Foucault pode ser utilizada para se estudar um sistema de economia política original. Em segundo lugar, mostrar que o sistema vebleniano pode ser visto como um apontamento, ainda que incipiente e tímido, na direção da superação daquilo que Foucault chamou de episteme moderna.

Palavras-chave: Thorstein Veblen, Michel Foucault, história do pensamento econômico, arqueologia do saber, institucionalismo.

ABSTRACT

Thorstein Veblen (1857-1929), considered the first institutionalist author, tried to formulate, in the passage of the 19th century to the 20th, an original system of political economy that was alternative to classical, neoclassical, historicist and marxist thoughts. In this paper, this system of political economy is considered from the Michel Foucault's (1926-1984) archeology of knowledge perspective. Hence, the paper has two more specific objectives. First, to expose how Foucault's archeology of knowledge can be used to the study of an original system of political economy. Second, to show that the Veblenian system can be viewed as an instance, incipient and hesitant as it is, in the direction of a surpassing of what Foucault named modern episteme.

Key-words: Thorstein Veblen, Michel Foucault, history of economic thought, archeology of knowledge, institutionalism.

Área ANPEC: área 1 – Escolas do Pensamento Econômico, Metodologia e Economia Política.

JEL: B15; B49, B31.

INTRODUÇÃO

Inicie-se pela seguinte citação sobre a obra de Michel Foucault: *“he writes on such a wide range of topics that his readers include people interested in literature, philosophy, history, sociology, politics, psychiatry, medicine, linguistics and semiotics.”* (LEMERT, GILLIAN, *apud* AMARIGLIO, 1988, p. 584)³.

No artigo em que fez tal citação, Jack Amariglio quis oferecer uma “introdução de um economista a Michel Foucault” - o subtítulo do texto - e fazia isto animado, em primeiro lugar, pela constatação de que um filósofo do porte de Foucault (1926-1984), sem dúvida um dos grandes do século XX, estaria

¹ Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná.

² Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná.

³ LEMERT, C. GILLIAN, G. **Michel Foucault: social theory as transgression**. New York, 1982.

sendo negligenciado pelos economistas debruçados sobre o método e a história de sua disciplina. Assim, Amariglio chamava atenção para a ausência da economia entre os interesses dos leitores de Foucault arrolados por Lemert e Gillian.

Isso não seria causa de certa estranheza caso o famoso filósofo francês não tivesse perpassado em sua obra questões pertinentes à economia como disciplina científica ou, sendo mais foucauldiano: como um campo do saber. No entanto, em “As Palavras e as Coisas” (1966)⁴ – que pode facilmente ser considerado seu mais importante livro – a economia ocupa um lugar de relevo. Aliás, nesse escrito, Foucault utilizou o surgimento da economia política, como área bem definida do conhecimento humano, para fundamentar a metodologia de estudos espistemológicos que queria avançar.

Em segundo lugar, AMARIGLIO (1988, p. 584) anotou que a metodologia da economia estava descobrindo abordagens não justificacionistas, demarcacionistas – ligadas principalmente aos nomes de Popper e Lakatos – e, nessa lógica, procurando inspiração em autores como Richard Rorty (1931-2007). Estes economistas filosoficamente conscientes estariam enfatizando a “natureza textual”, os “recursos retóricos”, os discursos, enfim, do conhecimento econômico⁵. E, como a **arqueologia**, método de investigação proposto por Foucault, preocupa-se, justamente, com as formações discursivas de diferentes épocas, AMARIGLIO (1988, p. 584) concluiu que: “... *the opening up of the philosophy of economics and the history of thought to questions raised by philosophers of language, aestheticians, and literary theorists makes our reading of Foucault a must.*”

Não obstante, mais de duas décadas depois da publicação do texto de Amariglio é possível dizer que pouquíssimos economistas metodologicamente informados tomaram a obra de Foucault como abordagem ou influência para seus estudos. É claro que existem exceções, e o próprio AMARIGLIO (1988, p. 584) fez questão de anotá-las àquele tempo. Todavia, não há exagero em dizer que elas permanecem marginais e parecem consistir em (pouquíssimos) episódios espasmódicos de interesse⁶.

É com isso em vista que, nesse texto que se está lendo, o pensamento foucauldiano vai ser utilizado para analisar a obra de Thorstein Veblen (1857-1929), fundador da escola institucionalista de economia e proponente de um sistema de economia política alternativo a todos que estavam em voga em seu tempo.

Este estudo tem, nesse contexto e no intuito de contribuir para a discussão tanto da história do pensamento econômico quanto para a metodologia da economia, dois objetivos. Primeiro, mostrar as possibilidades do uso das idéias de Foucault para o estudo de um autor que propôs um sistema teórico original. Em segundo lugar, e exatamente porque o sistema de Veblen pode ser considerado original, esse estudo sugere que, se considerado como parte da tradição da economia política sob a ótica do pensamento de Foucault, o sistema teórico de Veblen, ao insistir na recusa à teleologia no pensamento econômico, propunha a superação de um dos caracteres basilares das economias políticas que o precederam.

Sendo assim, e visto que Foucault é pouco espalhado entre os economistas, o artigo de início faz uma necessária introdução à arqueologia de Michel Foucault, a qual se quer suficiente para a compreensão da análise do institucionalismo vebleniano sob sua ótica. Nas duas seções seguintes, primeiro se reproduz a análise das conseqüências que Foucault avançou, a partir da metodologia que propôs, para a economia política e, depois, faz-se o cotejo entre estas e o sistema vebleniano, sugerindo sua originalidade e seu avanço, ainda que tímido, em relação às outras economias políticas.

1 – A ARQUEOLOGIA DE MICHEL FOUCAULT: BREVIÁRIO

É possível compreender o projeto de Foucault a partir de dois pontos que lhe são essenciais. Em primeiro lugar, o celebrado filósofo francês considerava suas investigações como parte de uma tradição

⁴ Doravante APC.

⁵ Não podendo ser diferente, Amariglio citou explicitamente Deirdre McCloskey e Arjo Klammer como principais autores dessa, àquele tempo, nova tendência.

⁶ Em recente correspondência eletrônica com o professor Jack Amariglio, na qual foi discutida esta escassez de trabalhos de economistas, ou sobre economia, a partir da filosofia foucauldiana, ele reafirmou sua percepção sobre a ausência de trabalhos nesta direção (AMARIGLIO, 2010).

epistemológica que surgira na França do século XX⁷. Esta corrente tinha como uma das suas teses a ênfase na natureza contextual, nas descontinuidades entre períodos formativos do conhecimento. Essa insistência no tema da descontinuidade, uma obstinação perceptível à primeira leitura de “A Arqueologia do Saber”, era, para Foucault, uma crítica a qualquer idéia de racionalidade totalizante, ou mais dirigidamente, a uma leitura da ciência baseada na construção de um conceito de racionalidade ao qual progressivamente ter-se-ia acesso. Foucault rechaçava a história da ciência como uma narrativa do desvelar progressivo da razão⁸.

Mais do que isso, Foucault não se interessava somente pela ciência, mas sim pelo saber, um nível do conhecimento mais fundamental, que englobaria aquela. Ele, então, procurava distinguir sua arqueologia das filosofias da ciência, das epistemologias e das teorias do conhecimento. Dizia FOUCAULT (2007a, p. 205): “Os territórios arqueológicos podem atravessar textos ‘literários’ ou ‘filosóficos’, bem como textos científicos. O saber não está contido somente em demonstrações; pode estar também ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas.”

Como consequência, a categoria capital que a arqueologia foucauldiana vai gerar é a de **episteme**⁹, a qual o próprio FOUCAULT (2007a, p. 214), em uma das suas várias definições, pôs como: “... o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados.” Nesse sentido, em cada tempo, em cada contexto – em períodos com longa duração, é preciso dizer – a configuração de uma episteme particular estrutura as condições de existência, as possibilidades para os discursos formados no nível do saber. A arqueologia de Foucault, de posse desse conceito, é uma busca pelas “regras de formação” que conformam e limitam os discursos, procurando, então, as condições discursivas dos saberes em um tempo determinado. As epistemes são as positivities inconscientes que conduzem o pensamento e, desse modo, a formação dos discursos em determinadas épocas – e lugares.

Sendo isto, será precisamente na confrontação com as características do que Foucault chamou de **episteme moderna** que o institucionalismo vebleniano vai ser considerado.

Mas, antes, sejam colocados em maior detalhe alguns aspectos das epistemes da arqueologia foucauldiana.

1.1 – OS TEMPOS DESCONTÍNUOS DA ARQUEOLOGIA: AS EPISTEMES.

As epistemes, como categorias temporais que são, delimitam as positivities de diferentes épocas e fazem, assim, com que a história do saber seja agudamente pontuada por descontinuidades. Dentro desse raciocínio, Foucault identificava três períodos históricos marcados por diferentes epistemes: (1) a Idade da Similitude, também nomeado de pré-classicismo, que compreende os anos da Renascença e finda junto com o século XVI; (2) a Idade da Representação ou classicismo, que vai desde o início do século XVII até o primeiro quarto do século XIX; e (3) a Idade da História, tempo da episteme moderna, que começa com o fim do classicismo e perdura até os dias de hoje.

Os Tempos Descontínuos da Arqueologia (I): a episteme pré-clássica

Foucault caracterizava o período até o final do século XVI como a Idade da Similitude. Mas mesmo sendo este o tempo da Renascença, o pensador francês não estava preocupado nem com a recuperação dos saberes greco-romanos, nem com o surgimento de uma “cultura secular” (MAJOR-POETZL, 1983, p. 143). Em Foucault, o saber daquela Idade formava uma espécie de “espelho da

⁷ Na introdução de “A Arqueologia do Saber”, FOUCAULT (2007a, p.3-6) situa a si mesmo dentro de um movimento - no qual ele inclui particularmente seus conterrâneos Gaston Bachelard (1884-1962), Georges Canguilhem (1904-1995) e Martial Guérout (1891-1976) - que estaria repensando a idéia das “grandes continuidades dos pensamentos”.

⁸ Bachelard, na tradição em que Foucault se situava, é um bom exemplo dessa recusa, e Roberto MACHADO (2006, p. 8) surpreende isto de forma bastante clara: “..., a epistemologia bachelardiana é um racionalismo regional: a inexistência de critérios de racionalidade válidos para todas as ciências exige a investigação minuciosa de várias regiões de cientificidade.”

⁹ Aqui a escrita da palavra **episteme**, sem nenhum acento, segue a forma utilizada por Roberto MACHADO (2006) para o português.

natureza”, pois, usando seu rebuscado estilo, pode-se dizer que as palavras e as coisas constituíam uma coisa só: **as palavras espelhavam as coisas**. A linguagem era parte da disseminação das similitudes e das assinalações presentes nos seres do mundo. Numa forma mais simples, Foucault queria dizer que, nesses tempos, o saber era gerado através da apreensão de um conjunto de conexões de parecenças que poderiam ser encontradas em tudo, e cuja origem residia em Deus. Não havia nada profundamente separado no mundo, as analogias e os parentescos poderiam ser estendidos *ad infinitum*. Saber era interpretar as coisas em termos de suas analogias aparentes, era fazer uma “hermenêutica do mesmo” (FOUCAULT, 2007b, p. 23-41).

Um exemplo muito esclarecedor que aparece em *APC* foi retirado do “*Traité des Signatures*” (c.1612), escrito por Oswaldus Crollius (c.1560-1609). Nas palavras de FOUCAULT (2007b, p. 37): “Há simpatia entre o acônito e os olhos. Essa afinidade imprevista permaneceria na sombra se não houvesse sobre [esta] planta uma assinalação, uma marca e como que uma palavra dizendo que ela é boa para as doenças dos olhos. Esse signo é perfeitamente legível em suas sementes: são pequenos glóbulos escuros engastados em películas brancas, que figuram aproximadamente o que as pálpebras são para os olhos.”¹⁰

Na seara do conhecimento econômico do século XVI - que não pode, de modo algum, em Foucault, ser chamado de economia política - os estudos sobre a moeda, a substância monetária e os preços de Jean Bodin (1530-1596) e Bernardo Davanzatti (1529-1606) transparecem a configuração epistêmica típica do pré-classicismo. Se palavras e coisas espelhavam-se, então metal precioso, moeda e riqueza também refletiam um ao outro. O ouro e a prata tinham a qualidade essencial de serem riqueza e, portanto, foram talhados para configurarem-se em símbolos da mesma. Esse resultado, como não poderia deixar de ser nesta episteme, advinha de uma imposição providencial. E isto é algo que fazia surgir postulações bastante radicais – do ponto de vista da configuração epistêmica atual -, pois teria Deus colocado na Terra “... tanto ouro quanto tantas coisas, tantos homens, tantas necessidades; na medida em que cada coisa satisfaz necessidades, seu valor será o de tantas coisas ou de tanto ouro.” (DAVANZATTI *apud* FOUCAULT, 2007b, p. 237)¹¹. Desse modo, nas entranhas do mundo haveria tanto metal precioso quanto o necessário para se equivaler às coisas que circulavam na esfera das trocas comerciais.

Os Tempos Descontínuos da Arqueologia (II): a episteme clássica

A partir do século XVII já se está no contexto da episteme clássica, na qual a **representação** é posta como ocupante do espaço entre as palavras e as coisas, então separadas. Conhecer, nesses tempos, era principalmente nomear o visível, tabular, enquadrar a superficialidade das coisas do mundo. A ordem e a análise substituíram a interpretação como modo de saber, fazendo com que a construção do conhecimento não acontecesse mais através do estabelecimento das conexões de similaridade entre as coisas. Nesse novo tempo de positividade, para saber sobre as coisas do mundo dever-se-ia organizá-las em algum tipo de quadro – o quadro é a figura basilar da episteme clássica – onde as diversas identidades e diferenças seriam estabelecidas. A ordem era o modo de ser de todos os seres do mundo e, nessa ordem, pois formalizada num quadro, o espaço era a orientação analítica privilegiada, em detrimento do tempo.

A história natural, como taxonomia lineuniana¹², traduziu o âmago das condições de possibilidades da episteme clássica. Ela refletiu a necessidade, imposta pela separação entre as palavras e as coisas, de que o estudioso teria que dar nome aos seres e dispô-los em um quadro classificatório. Nesse contexto era preciso primeiro criar uma estrutura - como fez Lineu - e depois proceder aos encaixes entre as coisas e as possibilidades classificatórias. A história natural do século XVII vai ser a ciência do visível

¹⁰ O exemplo citado por AMARIGLIO (1988) diz respeito às nozes, e sua utilidade para os males do interior da cabeça. Contudo, deve-se assinalar que o saber produzido na episteme pré-clássica não abrange somente similitudes tão óbvias, em formas radicalmente aparentes. *APC* traz o seguinte exemplo – do livro “*Monstrorum Historia*” (1658), de Ulisse Aldrovandi (1522-1605): “De longe, o rosto é o êmulo do céu e, assim como o intelecto do homem reflete, imperfeitamente, a sabedoria de Deus, assim os dois olhos, com sua claridade limitada, refletem a grande iluminação que, no céu, expandem o Sol e a Lua...” (FOUCAULT, 2007b, p. 26).

¹¹ DAVANZATTI, Leçons sur les Monnaies. In: BRANCHU, J-Y. *Écrits Notables sur la Monnaie*. Paris, 1934.

¹² De *Carolus Linnaeus*, ou Carlos Lineu (1707-1778), o famoso botânico e zoologista sueco que propôs a classificação científica dos seres vivos que embasa e estrutura a taxonomia.

descrito, e que deve ser descrito segundo uma ordem que exaure as maneiras pelas quais se pode descrevê-lo.

Já na **análise das riquezas**, como Foucault nomeava o campo econômico do saber na Idade da Representação, nasceu o reconhecimento da clivagem entre riqueza e aquilo que seria apenas seu símbolo. Naquela positividade, então, os símbolos **representavam**, ao invés de **serem** absolutamente. É o tempo do mercantilismo, e se as palavras e as coisas eram dois seres disjuntos, então riqueza e sua representação seriam também dois entes espaçados. Scipion de Gramont (1570-1638) é o autor mercantilista no qual Foucault encontrou a nova marca da riqueza, que além de ser representada deveria ser marcada pelo desejo, pela necessidade ou pela raridade. O conceito de riqueza, portanto, estende-se. FOUCAULT (2007b, p. 241) anotou: “É por ser moeda que o ouro é precioso. Não o inverso. (...) , não é mais do metal que virá o valor das coisas. Este se estabelece por si mesmo, sem referência à moeda, segundo critérios de utilidade, de prazer ou raridade; é na relação de umas com as outras que as coisas assumem valor ...” E, a partir disso se pôde estabelecer a positividade clássica como atravessando diferentes unidades de discurso: “Toda riqueza é monetizável; e é assim que ela entra em circulação. Da mesma forma, todo ser natural é *caracterizável* e podia entrar numa taxonomia.” (FOUCAULT, 2007b, p. 240)¹³.

Nesse pensar apareceu a formação de uma grande esfera de circulação, onde, algebricamente as coisas de necessidade e utilidade são comparadas, igualadas ou desigualadas, e para as quais surge a moeda como representação. Em FOUCAULT (2007b, p. 247), o privilégio ao espaço da circulação foi assentado da seguinte forma: “A circulação torna-se assim uma das categorias fundamentais da análise. Mas a transferência desse modelo fisiológico só se tornou possível pela abertura mais profunda de um espaço comum à moeda e aos signos, às riquezas e às representações.”

A fisiocracia, situada na mesma episteme do mercantilismo de Scipion de Gramont, trazia, também, a marca indelével das condições de possibilidade arqueológicas sob as quais surgiu. O “*Tableau Économique*” é uma exemplar tradução do conhecimento econômico na formatação clássica. Do mesmo modo, a “teoria psicológica” do valor utilidade de Condillac (1715-1780), Galiani (1728-1787) e Graslin (1727-1790) foi uma análise das riquezas que pôs as trocas no centro do saber humano sobre os fenômenos econômicos. O importante para Foucault, e que diferencia o mercantilismo de Gramont, a fisiocracia e o utilitarismo de Galiani do aspecto central da economia política que vai aparecer no século XIX, é que em nenhum dos saberes econômicos da episteme clássica o valor tinha origem no homem¹⁴.

Os Tempos Descontínuos da Arqueologia (III): a episteme moderna

No final do século XVIII ocorreu uma nova ruptura radical, uma descontinuidade no guia referencial dos pensamentos, e foi este corte que marcou o surgimento do que Foucault chamou de ciências empíricas: a biologia, a filologia e a economia política. A mudança essencial foi que a representação não podia mais prover a fundação para o saber por si mesma.

A representação, neste novo período, é um fenômeno, ou mais ainda um epifenômeno, a aparência de uma ordem que reside e pertence às coisas do mundo e às suas **leis interiores**. Passa-se, nesse raciocínio, a exigir-se dos analistas um olhar mais aprofundado em direção aos objetos do saber. Foucault usava a figura do “corte vertical”, para aludir à penetração do conhecer nas profundezas dos objetos.

Esta descida ao interior das coisas, que deixa a representação apenas como superfície, fez surgir para o saber um elemento invisível, base das ciências empíricas. Na economia política o trabalho vai

¹³ Aqui é útil notar que a história do pensamento econômico reconhece uma separação entre os mercantilistas do século XVI e aqueles dos séculos XVII e XVIII. De acordo com SCREPANTI e ZAMAGNI (2005, p. 32-35), durante o século XVI os mercantilistas escreviam associando moeda e riqueza. Mas, aparentemente ocorreu uma mudança no final do século XVI. Por exemplo, Smith reconhecia que autores como Thomas Mun (1571-1641) e John Locke (1632-1704) faziam referência à riqueza como sendo não somente ouro e prata, mas também terras, imóveis e bens de consumo (BLAUG, 1985, p. 11). Mark BLAUG (1985, p. 11) chega a apontar que em formulações mais elaboradas, os mercantilistas não confundiam nem mesmo o capital com a moeda.

¹⁴ Na opinião de AMARIGLIO (1988, p. 593), o paralelismo que Foucault identificava entre a teoria do valor utilidade e a fisiocracia é uma das suas teses mais discutíveis. Entretanto, a natureza dessa discussão não tem implicações importantes para o que se deseja argumentar neste artigo, por isso não será discutida aqui.

fundar o valor, instala-se como o elemento basilar e que está por trás das determinações da produção e da circulação. Na biologia, a essência dos seres vivos começa a ser concebida não mais sobre sua estrutura visível, mas sim a partir da sua organicidade, isto é, dos órgãos que os constituem e das funções e inter-relações funcionais entre estes. A filologia, por sua vez, troca o estudo do discurso (entendido como uma análise espontânea da representação), pela linguagem, vista como uma estrutura formal que está em contínua transformação.

Destarte, o tempo assume o lugar privilegiado que, na episteme clássica, era do espaço. No surgimento da economia política, de forma mais clara, esta característica da episteme moderna apresenta-se plenamente legível. Diferente da análise das riquezas da Idade da Representação, a economia política não procura mais a formação do valor na natureza ou simplesmente nas trocas, mas no processo de produção, no trabalho desempenhado pelo homem. A riqueza, com o olhar profundo, vertical, que leva o conhecimento econômico ao trabalho, fundamento das leis econômicas, passa a ser o resultado de um processo, justamente o **processo de trabalho**. Os funcionamentos da economia, nessa positividade, são, então, temporais, espraiam-se numa linha seqüencial na qual os pontos sucedem-se de acordo com o tempo. É exatamente por isso que se pode chamar o tempo da episteme moderna de Idade da História. A história substitui a ordem como principal condição de possibilidade do conhecimento, ela é o novo modo de ser das coisas. O revelar das sucessões temporais, desse modo, passa a ser o novo modo de saber.

Para mais do que isso, o período da episteme moderna é aquele no qual Foucault dizia ter ocorrido uma **antropologização** dos saberes. O homem passa a ocupar o lugar de destaque nas condições de possibilidade do pensar moderno e, assim, ao mesmo tempo, constitui-se como **objeto primordial e base filosófica** para os saberes. Roberto MACHADO (2006, p. 120) elucida o homem como o objeto do saber: “A tese de Foucault é que, ao ser tematizado pelas ciências empíricas [a biologia, a economia política e a filologia], o homem torna-se objeto do saber. Estudar a vida, o trabalho e a linguagem é estudar o homem. Eles o requerem, na medida em que é meio de produção, se situa entre os animais e possui a linguagem.” De outra ótica e paralelamente, ser a base filosófica do saber - ou **elemento transcendental**, para usar o linguajar foucauldiano - é uma característica coetânea e estabelecida ao mesmo tempo de sua transformação em objeto. FOUCAULT (2007b, p. 439) usou, inclusive, este movimento como marca da ruptura que dera início à *episteme* moderna: “... o limiar da nossa modernidade não está situado no momento em que se pretendeu aplicar ao estudo do homem métodos objetivos, mas no dia em que se constituiu um duplo empírico-transcendental a que se chamou *homem*.”

Nesse passo, Foucault utilizava o termo antropologia não para referir-se a uma ciência do homem em particular, mas literalmente para falar de uma “lógica do homem”. A antropologia ou o antropologismo é: “... *an ideology which privileges Man as the center and source of the philosophical and human sciences* ...” (LEMERT, GILLIAN, 1982, p. 128). E o homem, assentado como possibilidade transcendental dos saberes da modernidade, carrega consigo, e assim também para o conhecimento que se forma, um aspecto que lhe é essencialíssimo no que diz respeito ao tempo: **a finitude**.

Como consequência, a filosofia moderna - significando ela o fundamento transcendental do pensamento - foi chamada por FOUCAULT (2007b, p. 430 e ss.) de “analítica da finitude”. Do prisma do homem como objeto do saber, as ciências empíricas o fazem perceber sua finitude. Isso na espacialidade do seu corpo, que se relaciona com as coisas do mundo e se extingue; na raridade das coisas que atendem aos seus desejos, e que para atendê-los precisam ser geradas a partir do trabalho; e nos limites da linguagem, mutáveis ao longo da história. Mas o poder das ciências empíricas de explicitar para o homem sua finitude se dá justamente porque sua base positiva apóia-se, ela mesma, na finitude humana¹⁵. Assim o tempo, como unidade na qual se realiza a finitude humana, vem formar a estrutura sobre a qual se ergue a episteme moderna, e de onde se parte para a sequência temporal (finita) como modo de se constituir o saber.

O quadro 1 sintetiza alguns aspectos das epistemes que foram discutidas acima.

¹⁵ Na forma em que FOUCAULT (2007b, p. 438) colocou: “Se é verdade, ao nível dos diferentes saberes, que a finitude é sempre designada a partir do homem concreto e das formas empíricas que se podem atribuir à sua existência, ao nível arqueológico, que descobre o *a priori* histórico e geral de cada um dos saberes, o homem moderno - esse homem determinável em sua existência corporal, laboriosa e falante - só é possível a título de figura da finitude.”

QUADRO 1 – AS TRÊS EPISTEMES: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS.

Elementos Essenciais	Episteme – Configuração do Saber		
	Pré-Clássica: até o final do século XVI	Clássica: séculos XVII e XVIII	Moderna: desde o final do século XVIII até hoje
Caráter Geral	Idade da Similitude	Idade da Representação	Idade da História
Objeto do Saber	Deus	Natureza	Homem
Modo de Saber	Interpretação dos sinais deixados por Deus	Representação: os sinais se constituem durante o processo de conhecimento. O sistema de sinais é construído	Interpretação dos sinais em termos do homem
Modo de Ser das Coisas	Semelhança	Ordem	História
Procedimento Principal	Analogia	Análise e ordenação, “enquadramento”	Estabelecimento de sucessões temporais
Orientação	O tempo e o espaço não tem significado primordial	Espaço – espacialização dos objetos	Temporal

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE EM LIMA (2006).

No que se segue, discuta-se o que resultou, de modo mais específico e segundo Foucault, da arqueologia do saber para a análise da economia política.

2 – EPISTEME MODERNA E ECONOMIA POLÍTICA: FORMAÇÃO E AS TRÊS CONSEQUÊNCIAS

Ricardo é o economista do corte radical, aquele que inaugura a produção da ciência econômica sob o *a priori* histórico da episteme moderna. Sendo, então, foucauldianamente rigoroso, a economia política só aparece em sua forma prototípica com o autor de “Princípios de Economia Política e Tributação” (1817). Adam Smith, o tradicionalíssimo fundador da economia política, em Foucault, é considerado um autor de transição. Na obra do escocês a economia política está apenas apontada, não estruturada a partir do carácter basilar que vai ser o sinal de sua residência plena na episteme moderna.

Sumariamente, a grande transição do pensamento econômico smithiano para a economia política ricardiana encontra-se na questão da origem do valor de troca. Depois de Ricardo, o trabalho não mais vai ser apenas unidade de medida - como Foucault identificava-o em Smith, um valor que alcança expressão quando entra na esfera da troca¹⁶ - ele será sim **fonte**, o processo que confere, essencialmente, a **propriedade valor de troca** a algo.

Nisso, a noção de processo é fundamental. Ela faz com que a historicidade do objeto da economia fique revelada em sua totalidade, pois a “fonte do valor” é encontrada em um desenvolvimento processual, figura que imediatamente exige o tempo como unidade de orientação primordial. Passar-se-á, daí, definitivamente para o terreno da Idade da História, a episteme moderna.

Retomado isto, o mais importante, a partir deste ponto, são **as três consequências** que Foucault afirma serem resultados dessa nova configuração histórica do saber: (1) a nova forma de organizar o saber econômico em termos de uma série causal; (2) a emergência da noção de escassez com significado fundamental; e (3) a finitude do tempo econômico.

A idéia de sequências temporais, que organizam os eventos em termos de causalidade antecedente e consequente, passa a determinar a feitura das teorias econômicas. A estrutura mental que impõe esta forma de organização é efeito, em Ricardo, do entendimento do trabalho como a própria fonte do valor, como consequência de uma sequência temporal de eventos, de um processo. FOUCAULT (2007b, p. 351) aduziu que na economia política:

...vê-se nascer uma grande série linear e homogênea que é a da produção. Todo o trabalho tem um resultado que, sob uma forma ou outra, é aplicado a um novo trabalho cujo custo ele define; e esse

¹⁶ A diferenciação de Foucault do trabalho em Smith e em Ricardo é, de certa maneira, canônica, pois que deriva da diferença entre o trabalho comandado e o trabalho contido. O que FOUCAULT (2007b, p. 348) acrescentava é que o problema da variabilidade do valor do trabalho em Smith deriva do “primado concedido à representação”.

novo trabalho, por sua vez, entra na formação de um valor etc. Essa acumulação em série rompe pela primeira vez com as determinações recíprocas, as únicas que atuavam na análise clássica das riquezas. Introduce, por isso mesmo, a possibilidade de um tempo histórico contínuo...¹⁷

Esta historicidade estende-se deste nível fundamental, do processo de trabalho, para outros níveis sobre os quais a análise econômica se debruçava e se debruçaria. Se Smith escreveu o terceiro capítulo da sua grande obra referindo-se a prolongados estágios do desenvolvimento econômico, é em Ricardo, como a citação acima procura ressaltar, que esta noção espraia-se a partir daquele nível fundamental – da atividade laboral – para diversos outros¹⁸. Desde o trabalho fonte do valor, passando pela amplificação populacional histórica, até a dinâmica da distribuição dos rendimentos, a organização sequencial-temporal estrutura toda a economia política ricardiana.

A segunda consequência, por seu turno, diz sobre a escassez, sobre a avareza da natureza. Essa escassez, em seu significado moderno, aparece já que a constituição da economia política acontece por sobre as condições de possibilidade do saber centralizado no homem, e em sua finitude. Disse FOUCAULT (2007b, p. 354) que a economia “...do século XIX está referida a uma antropologia como discurso sobre a finitude natural do homem.” Dentro dessa lógica, a economia política é uma positividade do saber em que se analisa o trabalho, e o faz porque é através dele que o homem estará lutando incessantemente contra seu fim, sua morte. O filósofo francês, então, afirmava que o *homo economicus* “...é aquele que passa, usa e perde sua vida escapando da iminência da morte.” (FOUCAULT, 2007b, p. 353). E ele o faz através do trabalho, o processo basilar da economia política.

Porém mais do que isso, Foucault ainda diferia a escassez no sentido que ela possuía nos tempos da episteme clássica – como a *rarity* do trabalho de Galiani – da escassez moderna. Na Idade da Representação, a escassez estava ligada umbilicalmente às necessidades, que eram então supridas pela benevolência da terra – no pensamento fisiocrata – e que conferiam a substância do valor – no pensamento utilitarista. Em Ricardo, e do seu trabalho em diante, a escassez vai refletir uma carência originária. O crescimento populacional confronta-se com esta avareza natural e, nesse cotejo aparece um conceito como o da teoria dos rendimentos marginais decrescentes. Nos dizeres de FOUCAULT (2007b, p. 352-353): “A cada instante de sua história, a humanidade só trabalha sob a ameaça da morte: toda a população, se não encontra novos recursos, está fadada a extinguir-se; e inversamente, à medida que os homens se multiplicam, empreendem trabalhos mais numerosos, mais longínquos, mais difíceis, menos imediatamente fecundos.” A escassez, como parte de uma positividade erigida sobre a episteme moderna, é justamente um tipo de “analítica da finitude”.

Finalmente, a última consequência da modernidade no pensamento econômico retorna à questão das sequências temporalmente estruturadas, especificamente de suas possíveis consumações, dos seus finalismos. O arqueologista das epistemes afirmava que a economia política revela a historicidade de seu objeto, mas ao mesmo tempo lê a história da economia como a formação de uma inércia progressiva, como uma paulatina suspensão da própria história (FOUCAULT, 2007b, p. 354 e ss.). Em brevíssimo resumo, e da maneira como Foucault descreveu, a teoria ricardiana traduziu seu finalismo como se segue.

A renda fundiária aparece porque a pressão populacional faz com que seja necessário colocar mais terras, cada vez menos produtivas, a serviço da manutenção humana. Custos de produção aumentam, e sobem também a renda fundiária e os salários – estes precisam aumentar para atender à subsistência dos trabalhadores. Como resultado os lucros baixam. Atingido um ponto no qual os lucros sejam tão baixos que não façam contratar-se novos trabalhadores, a falta de remuneração adicional para a mão-de-obra leva à estagnação populacional. O sistema econômico encontra-se num estado estacionário. A economia consome-se no fato de que não será preciso abrir novas fronteiras agrícolas, o crescimento econômico e a participação das parcelas de renda estabilizam-se (FOUCAULT, 2007b, p. 355-356).

¹⁷ Pouco à frente deste trecho, a título de comparação com a análise das riquezas da Idade da Representação, FOUCAULT (2007b, p. 351) afirmou: “Esta [a economia], em sua positividade, não está mais ligada a um espaço simultâneo de diferenças e identidades, mas ao tempo de produções sucessivas.”

¹⁸ Margaret SCHABAS (2005, p. 93) chamou nossa atenção para o fato de que, no autor de *A Riqueza das Nações*, a economia foi estudada como se desenvolvendo em “grandes pedaços de tempo” (*large chunks of time*).

Essa solução de finalismo ricardiana foi contrastada com o trabalho marxiano, que se aloca precisamente na mesma episteme que a de Ricardo. Sobre o autor inglês, FOUCAULT (2007b, p. 357-358), chamando sua solução de “pessimista”, disse: “... , a finitude e a produção vão superpor-se exatamente numa figura única. Todo labor suplementar seria inútil; todo excedente de população pereceria. A vida e a morte serão assim colocadas uma sobre a outra, (...), imobilizadas e como que reforçados por seu impulso antagonista.” Já em Marx, economista no qual FOUCAULT (2007b, p. 358) via a finitude instalada como “promessa revolucionária”, mostra-se não exatamente uma supressão da história, mas uma reversão, o que, em tese, sinaliza também a presença de uma mesma finitude, pois: “... então começará um tempo que não terá mais nem a mesma forma, nem as mesmas leis, nem a mesma forma de transcorrer.”

Há que dizer, aqui, que é sobre esta consequência da finitude que Thorstein Veblen vai controverter-se mais acentuadamente e, nessa agrura da economia política da Idade da História, ventilar uma solução que parece colocar-se em fuga da episteme moderna em sua estrutura arquetípica.

3 – O OLHAR FOUCAULDIANO SOBRE O INSTITUCIONALISMO NORTE-AMERICANO DE THORSTEIN VEBLEN: AS TRÊS CONSEQUÊNCIAS

Para as duas primeiras consequências, o economista norte-americano revela-se completamente encaixado na positividade que lhe foi contemporânea. É na terceira consequência, dada a obstinada insistência de Veblen pelo abandono da teleologia no pensamento econômico, que sua economia política sugere uma projeção para além das condições estruturantes do saber da modernidade.

3.1 - A SÉRIE CAUSAL NO PROTOCOLO DE PESQUISA EVOLUCIONÁRIO DE VEBLEN

Como autor de um sistema nascido sob as condições discursivas que introjetaram a série causal como modo organizativo da economia política, Veblen não pode, de modo algum, ser visto fora da *episteme* moderna. O institucionalismo de Veblen está completamente arranjado a partir dessa nota de estruturação. A série causal, na variante vebleniana do pensamento econômico, irrompe tanto no reclame metodológico do autor norte-americano, quanto no protocolo de pesquisa sobre o qual ele elaborou suas teorias.

Em seu primeiro e possivelmente mais importante ensaio metodológico – “*Why Is Economics Not an Evolutionary Science?*” - defendendo a tese de que a economia deveria transformar-se em uma ciência evolucionária, ele asseverava: “*Any evolutionary science, (...), is a closed-knit body of theory. It is a theory of a process, of an unfolding sequence.*” (VEBLEN, [1898a] 1994, p. 58)¹⁹. Dessa reivindicação metodológica, o privilégio manifesto à orientação temporal também sobressai explícito numa das mais importantes sínteses da lógica de seu sistema de economia política. Em “A Teoria da Classe Ociosa”²⁰:

The evolution of social structure has been a process of natural selection of institutions. The progress which has been and is being made in human institutions and in human character may be set down, broadly, to a natural selection of the fittest habits of thought and to a process of enforced adaptation of individuals to an environment which has progressively changed with the growth of community and with the changing institutions under which men have lived. Institutions are not only themselves the result of a selective and adaptive process which shapes the prevailing or dominant types of spiritual attitude and aptitudes; they are at the same time special methods of life and of human relations, and are therefore in their turn efficient factors of selection. So that changing institutions in their turn make for a further selection of individuals endowed with the fittest temperament, and a further adaptation of individual temperament and habits to the changing environment through the formation of new institutions. (VEBLEN, [1899] 1994, p. 188).

¹⁹ Em APC, Foucault foi taxativo ao localizar o discurso evolucionista como característico da *episteme* moderna (FOUCAULT, 2007, p. 208, 212).

²⁰ Doravante TCO.

Note-se que neste trecho as palavras temporalmente referenciadas, tais como **progresso**, **evolução**, **mudança** e, mormente, **processo** formam o acorde dominante daquilo que se está enunciando. Veblen queria, e é isso o que se deseja anotar indubitavelmente, formular uma teoria em que eventos suceder-se-iam, encadear-se-iam no tempo. E esta sequência temporal não poderia estar amalgamada senão pelas relações de causalidade que se devem encontrar entre os elementos sucessivos. Causalidade esta que, aqui, deve ser entendida em um sentido bastante simples: significando apenas que fatores específicos levam a efeitos também específicos. Noção que engloba, certamente, tanto as proposituras causais daquelas economias políticas ricardiana e marxiana, assim como a quista por Veblen, evolucionária²¹. Dentro disso, o privilégio da dimensão temporal e a causalidade subjacente às relações sucessivas correm, em Veblen, à jusante do modo como seu protocolo de pesquisa evolucionário elabora as articulações entre suas duas categorias fundamentais: os instintos e as instituições.

Os instintos, para a economia de Veblen, são caracteres humanos, biologicamente assentados, em forma de inclinações, de propensões primordiais que apontam objetivos a serem perseguidos. Em “*The Instinct of Workmanship and the State of Industrial Arts*”²², livro de 1914, o economista alinhavava: “... ‘instinct’, in the narrower and special sense to which it seems desirable to restrict the term for present use, denotes the conscious pursuit of an objective end which the instinct in question makes worth while.” (VEBLEN, [1914] 1994, p.5). Estas propensões humanas primordiais teriam se estabilizado ao longo do processo de seleção natural, auxiliando a espécie humana a sobreviver à triagem evolutiva.

São três os instintos humanos na obra de Veblen. O primeiro, e mais importante, é o chamado **instinto do trabalho eficaz**. Sugerido pela primeira vez num artigo publicado um ano antes do lançamento de *TCO*, intitulado “*The Instinct of Workmanship and Irsomeness of Labor*”, no qual o objetivo era criticar a idéia clássica de que o trabalho é desprazeroso, ele o definiu como: “... a discriminating sense of purpose, by force of which all futility of life or of action is distasteful to him.” (VEBLEN, [1898b] 1994, p. 80). Em segundo, vem a **inclinação parental**, um sentido de preservação não somente da própria prole – como relação de consangüinidade – mas da espécie como um todo. E, a **curiosidade desinteressada**²³, disposição que leva o homem a buscar a compreensão do mundo sem que para isso exija-se uma aplicação direta do conhecimento adquirido.²⁴

Entretanto, se os instintos põem os objetivos básicos a se perseguir, é a deliberação inteligente que, nos seres humanos, em um grau bem distante de qualquer outra espécie, criam as sequências de ações para alcançar as finalidades instintivas. Naquela obra de 1914, VEBLEN ([1914] 1994, p. 5-6) colocava: “*The ends of life, then, the purposes to be achieved, are assigned by man’s instinctive proclivities; but the ways and means of accomplishing those things which the instinctive proclivities so make worth while are a matter of intelligence.*” Em solução de continuidade com essa lógica, são precisamente estes meios e caminhos interpostos entre os impulsos primeiros e sua realização que podem se tornar instituições. Daí vem que: “*Under the discipline of habituation this logic and apparatus of ways and means falls into conventional lines, acquires the consistency of custom and prescription, and so takes on an institutional character and force.*” (VEBLEN, [1914] 1994, p. 7). Na medida em que as interações sociais e “o corpo do conhecimento” de uma determinada comunidade aumentam, mais complexa e multifacetada torna-se a rede institucional que rege a vida social.

Dito isso, pode-se concluir que Thorstein Veblen organizou seu sistema de economia através de uma dinâmica, temporal e causal, entre os instintos e as ações tomadas pelos indivíduos que se coletivizam e tornam-se instituições. É possível entender a sequência temporal como ocorrendo, primeiro, dos instintos para as ações que eles provocam, depois, para as ações que se tornam hábitos e

²¹ De modo mais detalhado, CONCEIÇÃO (2009, p. 14) cita Jochen Runde, por sua vez citado por Hodgson: “a cause of an event [includes] anything that contributes, or makes a difference, to the realisation of that event in one or more of its aspects.” (RUNDE apud HODGSON, 2004). RUNDE, J. Assessing Causal Economic Explanations. *Oxford Economic Papers*, 50 (1), 1998.

²² Doravante *TIWO*.

²³ Uma outra tradução para este instinto, em inglês *idle curiosity*, é a apresentada por MONASTÉRIO (1998): curiosidade vã.

²⁴ É discutível se Veblen teria admitido um quarto instinto, de caráter predominantemente negativo, o **instinto predatório**. John Patrick DIGGINS (1999, p. 71) sugere que em *TCO* este instinto foi aventado; contudo, o mesmo nota que ele não está presente, nos escritos posteriores, como uma propensão humana natural e independente.

institucionalizam-se e, por último, correndo sob uma dinâmica mais lenta, muito menos flexível, dos fenômenos sociais institucionalizados para afetar as inclinações humanas fundamentais²⁵. A obra de Veblen, em sua maioria, constitui-se na aplicação de variações desse protocolo de pesquisa, que relaciona instintos e instituições, para os mais variados assuntos, em geral ilustrados por exemplos que o autor retirava da história ou do cotidiano, e especialmente da antropologia.

3.2 - A ESCASSEZ NO FUNDAMENTO DO INSTITUCIONALISMO DE VEBLEN

É de Roberto MACHADO (2006, p. 121), ao explicar a segunda consequência foucauldiana, o seguinte: “... **aquilo que torna a economia possível é uma situação de escassez.** (...) O homem, do ponto de vista da economia, é um ser cuja vida é procurar escapar, pelo trabalho, à iminência da morte.”

Em Veblen, esta fuga, esta luta incessante contra a ameaça do perecimento é marca tão capital do humano que precisou estar na origem da categoria fulcral de seu sistema de economia política: o **instinto do trabalho eficaz**. O argumento para a estabilização desta inclinação nos seres humanos é evolucionária: “*If such an aversion to useful effort is an integral part of human nature, then the Edenic serpent should be plain to all men, for this is a unique distinction of the human species. (...) Under the selective process through which species are held to have emerged and gained their stability there is no chance for survival of a species gifted with such an aversion to the furtherance of its own life process.*” (VEBLEN, [1898b] 2010, p. 187). Na economia vebleniana, portanto, a aversão ao trabalho não seria uma inclinação fundamental dos homens, elemento da natureza do *homo economicus*; e sim uma convenção, uma instituição, algo que surgira ao longo da história da vida humana em sociedade²⁶. Destarte, se se parte daí, da força que esta inclinação capital tem na vida do homem, apreende-se imediatamente o sistema de Veblen como uma elaboração intelectual na qual o homem é um ser que procura escapar, permanentemente, da iminência da morte através de seu trabalho. É o sistema vebleniano, portanto, uma elaboração intelectual que constitui, se foucauldianamente considerada, uma economia política.

Não é de se desprezar que o próprio fundador do institucionalismo considere como sua mais importante obra uma antropologia etapista da história, na qual as etapas da evolução da sociedade estão analisadas em termos da catalisação, ou da mitigação, que suas instituições tiveram sobre o predomínio do instinto do trabalho eficaz como a propensão humana basilar²⁷.

São quatro os estágios da história da sociedade humana como colocados em *TIWO* e espalhados por outros textos: a **selvageria pacífica**, o **barbarismo**, a **era da manufatura** (*era of handicraft*) e a **era das máquinas** (*machine era*). Estabilizado durante o tempo da selvageria pacífica, em que tal inclinação foi capital para a sobrevivência humana, e depois de um tanto sufocado durante o barbarismo, o alinhamento entre a rede institucional e o instinto do trabalho eficaz parece ter aflorado novamente durante a era das manufaturas (VEBLEN, [1914], 1994)²⁸. Para a história vebleniana, essa fase da manufatura é o tempo do surgimento do capitalismo. É, também, segundo Veblen, o tempo sobre o qual

²⁵ Que os instintos sejam modificados por ação das instituições é algo muito mais difícil, mas que foi admitido pelo antigo institucionalista norte-americano, por exemplo, em duas passagens (VEBLEN, [1899] 1994, p. 244; [1914] 1994, p. 35-36).

²⁶ VEBLEN ([1898b] 1994, p. 82) disse, sobre o instinto do trabalho eficaz e a aversão ao trabalho útil: “*There can scarcely be a serious question of precedence between the two. The former [instinct of workmanship] is a human trait necessary to the survival of species; the latter [antipathy to useful effort] is habit of thought possible only in a species which has distanced all competitors, and then it prevails only by sufferance and within the limits set by the other.*”

²⁷ A obra é *TIWO*, que o velho institucionalista planejava escrever desde a publicação de *TCO* (1899), mas que só foi lançada em 1914. Pode-se dizer que o capítulo introdutório deste livro é algo como um “capítulo metodológico” da economia institucionalista vebleniana. Sobre como Veblen considerava essa sua mais importante obra, ver Joseph DORFMAN (1947, p. 324), seu mais famoso biógrafo.

²⁸ Thorstein VEBLEN ([1914] 1994, p. 234) afirmava: “*Under the handicraft system, and to the extent to which that system shaped the situation, the instinct of workmanship again came into a dominant position among the factors that made up the discipline of daily life and so gave their characteristic bent to men’s habit of thought.*” E continuava, de forma apologética, sobre o artesanato do período: “*...he owes nothing to inherited wealth or prerogative, and he is bound in no relation of landlord or tenant to the soil. With his slight outfit of tools he is ready and competent of his own motion to do the work that lies before him, and he asks nothing but an even chance to do what he is fit to do.*” (VEBLEN, [1914] 1994, p. 235).

Adam Smith escreve²⁹. Sobre isso, o historiador Peter CAIN (1994, p. ix-x), em sua introdução ao volume de *TCO* da coleção das obras completas de Veblen, nota os paralelos bastante claros entre os sistemas smithiano e vebleniano. Na economia política smithiana, o crescimento econômico e o bem-estar do homem médio dependiam da maior proporção de trabalho produtivo sobre o improdutivo, e da divisão do trabalho. Essa dicotomia de Smith entre os trabalhos produtivos e improdutivos, que só faz sentido em uma área do saber referenciada à escassez, mantém-se, mesmo que metamorfoseada, nas obras de Veblen. Ele não adotava o exato conceito de trabalho produtivo de Smith, mas, é possível dizer que mostrou dois espelhamentos desse problema em duas de suas obras mais importantes.

Em *TCO*, cujo objetivo declarado no prefácio é de avaliar o “lugar e o valor” da classe ociosa como um fator econômico da vida moderna, a história do surgimento desta classe, uma instituição, foi realizada a partir da divisão dos tipos de trabalhos. Na evolução institucional da sociedade, já antes analisada em “*The Instinct of Workmanship and Irsomeness of Labor*”, a estabilização da emulação e da comparação discriminatória (*invidious comparison*) como instâncias da vida social acabaram transformando o trabalho produtivo, aquele voltado à manutenção da vida, em trabalho indigno, sem mérito, próprio de indivíduos inferiores. A classe ociosa, instituição que aparece em sua forma acabada durante o tempo do barbarismo, foi, portanto, o resultado deste processo de mitigação institucional da influência do instinto do trabalho eficaz sobre a vida econômica. Para os membros da classe ociosa somente os trabalhos da guerra, das observâncias religiosas, do governo e dos esportes - improdutivos, pois não ligados à manutenção da vida, à sobrevivência que estabilizou o instinto do trabalho eficaz como traço humano - são dignos, valorizados em termos de emulação e de comparação discriminatória (VEBLEN, [1899] 1994, p.2, passim)³⁰. A existência de uma classe ociosa, de uma parcela da população que pode sistematicamente abster-se do trabalho produtivo, é uma instituição-negação da característica que fundamenta a luta do homem contra sua extinção através do trabalho. Outras instituições que aparecem em consequência e como reforço da classe ociosa, tal qual o consumo conspícuo e o ócio conspícuo, da mesma forma aparecem como fatores que divergem os homens das ações propriamente produtivas, afinadas com a superação da escassez da natureza³¹. Assim, apesar do foco de Veblen ter se voltado, em *TCO*, para uma parte dos indivíduos que justamente exclui-se do trabalho produtivo, a perspectiva de fundo, o problema fundamental sobre o qual se ergue a análise foi, certamente, uma escassez originária, a questão da luta pela sobrevivência através do trabalho.

Já na Era das Máquinas, tempo em que Veblen localizava sua contemporaneidade, e como segundo espelhamento da dicotomia entre os trabalhos produtivo e improdutivo, além da manutenção e do reforço de traços típicos da classe ociosa, o afastamento das atividades ligadas à sobrevivência, dos processos de trabalho ligados a ela, não se daria somente através da abstenção do trabalho produtivo, ele acontecia também através do que Veblen chamou de **atividades pecuniárias, de negócios** - que se oporiam às **atividades industriais**. Este foi um tema trabalhado pela primeira vez em *Industrial and Pecuniary Employments*, texto publicado pela *American Economic Association* em 1901, depois tornado o centro do segundo livro de Veblen, *The Theory of Business Enterprise*, cuja primeira edição é de 1904³².

²⁹ VEBLEN ([1914] 1994, p. 237) escreveu: “Adam Smith consistently speaks of industry in terms of manual workmanship, (...). He writes during the opening passages of machine era, but he speaks in terms of past industrial era, from which his outlook on the economic situation and his conception of normal economic relations had been derived.”

³⁰ Em *TCO*: “For this class also the incentive to diligence and thrift [the instinct of workmanship] is not absent; but its action is so greatly qualified by secondary demands of pecuniary emulation, that any inclination in this direction is practically overborne and any incentive to diligence tends to be of no effect. The most imperative of these secondary demands of emulation, as well as the one of widest scope, is the requirement of **abstention from productive work**.” (VEBLEN, [1899] 1994, p. 36).

³¹ Em *TCO*, o consumo e o ócio conspícuo são as práticas de se consumir e se abster do trabalho com o único objetivo de adquirir *status* social, isto é, são o consumo e o ócio por motivação apenas emulativa, de comparação discriminatória (*invidious comparison*).

³² Em um artigo mais antigo, do *Journal of Political Economy*, de 1892, intitulado “*Overproduction Fallacy*”, pode-se identificar as primeiras idéias que seriam desenvolvidas ao longo de toda sua carreira, e que seriam, em “*The Theory of Business Enterprise*” o núcleo central. “*Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times*”, último livro de Veblen, de 1923, retoma sob outros ângulos e repete, ao longo de suas páginas, esse mesmo tema (VEBLEN, [1892] 1994; [1923] 1994).

Thorstein Veblen via as atividades ligadas à comercialização dos produtos industriais, à gestão das empresas como parte de um sistema competitivo, à realização das mercadorias em preços - para tomar um símile marxista - ou de modo mais geral, as atividades ligadas aos negócios, à “vendibilidade” (*vendibility*) - para usar um termo vebleniano - como desperdícios, como esforços improdutos. Comentando a direção que os homens de negócios imprimiam ao sistema industrial, VEBLEN ([1904] 1994, p. 51) dizia:

The vital point of production with him [the business man] is the vendibility of the output, its convertibility into money values, not its serviceability for the needs of mankind. A modicum of serviceability for some purpose or other, the output must have if it is to be salable. But it does not follow that the highest serviceability gives the largest gains to the business man in terms of money, nor it follow that the output need in all cases have other than a factitious serviceability³³.

Tanto em *TCO*, quanto na obra de 1904, parece bastante razoável, senão inultrapassável, visualizar a economia política vebleniana como um território do saber moderno referido ao problema fundamental que assombra e movimenta o homem em sua vida econômica. Estes dois espelhamentos, como se chamou aqui, são apenas duas instâncias da discussão de Veblen fundada sobre o problema da carência originária. Todo o seu pensamento, como não poderia deixar de ser, remete a este baseamento encontrado por Foucault em toda a economia política. Aliás, é exatamente esse o fator que fixa o pensamento vebleniano, em uma acepção foucauldiana, como uma economia política.

3.3 – O SISTEMA DE VEBLEN APONTANDO PARA FORA DA *EPISTEME* MODERNA: OS COMBATES À TELEOLOGIA

Em primeiro, aqui, cabe uma clara definição do que se entende por teleologia ou finalismo. No dicionário de filosofia de ABBAGNANO (2000, p. 457), a teleologia está definida como a “doutrina da causalidade do fim”, e o que ela implica, em termos de explicações causais, é exatamente que a explicação de um evento consiste em aduzir para qual fim ele se dirige. Desde os gregos antigos, mais precisamente a partir de Anaxágoras (500-428 a.C.), as explicações teleológicas finalísticas são um tipo de explanação causal dos fenômenos. Aliás, Aristóteles (384-322 a.C.) arrolou entre os tipos de causalidade as chamadas causalidades “eficientes” e as “finais”. Esta última, como se pode depreender do nome, refere-se às causalidades do tipo teleológico, dirigidas por uma causa final que funciona como um “atrator universal” dos eventos. A primeira é tão simplesmente a forma de causalidade na qual se supõe que um evento é efeito de uma causa anterior e que, numa sequência temporalmente referenciada, ele pode ser causa de outros eventos. Como colocado acima naquela definição de Jochen Runde.³⁴

Thorstein Veblen sistematicamente enquadrhou todas as economias políticas que o precederam, e mesmo as que lhe eram contemporâneas, como, em maior ou menor grau, tributárias e estruturadas a partir de causalidades finais. Isso que fez Veblen chamar sua economia de **pós-darwinista**, ao contrário das escolas fisiocrática, clássica, marxiana, historicista alemã e neoclássica, que seriam, para ele, economias políticas pré-darwinistas³⁵.

³³ Ele chega até mesmo a apontar quantitativamente a parcela das atividades ligadas somente aos negócios que, em alguns casos extremos, supostamente chegaria à monta de 90% dos custos totais dos produtos (VEBLEN, [1904] 1994, p. 60). Outro ponto importante nessa região de aplicação do sistema vebleniano é sua análise de que as fusões entre empresas resultam em economias nos custos de produção, economias em boa medida derivadas dos menores custos envolvidos nas atividades de negócios. Neste ponto VEBLEN ([1904] 1994, p. 46) avança um princípio que remete a algo parecido com a noção moderna de custos de transação: “*The amount of ‘business’ that has to be transacted per unit of product is much greater where the various related industrial processes are managed in severalty than where several of them area brought under one business management. A pecuniary discretion has to be exercised at every point of contact or transition, where the process or its product touches or passes the boundary between different spheres of ownership.*”

³⁴ Na nota 22.

³⁵ Thorstein Veblen procedeu a uma análise sistemática da economia política. Os clássicos - especialmente Smith, J. S. Mill e Cairnes -, bem como seus predecessores fisiocratas, foram o objeto de uma série publicada no *Quarterly Journal of Economics* entre os anos de 1899 e 1900. O historicismo alemão, com foco no trabalho de Gustav Schmoller, também no *Quarterly*, foi escopo de outro artigo, que veio a público em 1901. A economia de Marx e seus seguidores mereceu análise em dois textos, de

A Recusa à Teleologia na Teoria e nas Aplicações da Teoria de Veblen: posição metodológica e três exemplos

Recentemente, George LIAGOURAS (2009, p. 1054-5) recolocou um dos pontos centrais do sistema vebleniano de economia política: “...Veblen, *in his work as a whole*³⁶, has successfully followed the Darwinian position of a continuous evolution without a legitimated or predetermined end, neither an ameliorative trend, nor a unique pattern of development.”³⁷ Liagouras, nesse excerto, ao mesmo tempo em que constata a ausência de teleologia no sistema vebleniano, reconhece algo muito importante sobre a obra do economista norte-americano: a coerência entre seu manifesto metodológico e seus escritos, suas aplicações do protocolo de pesquisa considerado acima que, na visão de Veblen, engendrava a construção de análises não finalísticas. Em uma instanciiação típica de seu reclame metodológico, VEBLEN ([1898a] 1994, p. 61) dizia:

The great deserts of the evolutionist leaders – if they have great deserts as leaders – lie, on the one hand, in their refusal to go back of the colorless sequence of phenomena and seek higher ground for their ultimate synthesis, and, on the other hand, in their have shown how this colorless impersonal sequence of cause and effect can be made use of theory proper, by virtue of its cumulative character.

A dinâmica que o autor de *TCO* estabeleceu entre os instintos e as instituições – e também dentro da rede institucional - o que se chama aqui de protocolo de pesquisa vebleniano, foi projetado justamente com a finalidade de conceber análises que prescindissem de quaisquer “atratores universais”, ou ainda que permitissem a estas análises fins múltiplos, caminhos diversos e de modo nenhum pré-determinados.

Mesmo quando Veblen objetivava um resgate histórico sob o olhar de seu sistema de teoria, as indeterminações, os múltiplos fins como explicações para o surgimento de instituições e fenômenos sócio-econômicos avultavam. Um dos melhores exemplos de indeterminação e não-teleologia pode ser encontrado no capítulo final, no último parágrafo de “*Theory of Business Enterprise*” - que gira em torno do problema da dominância dos negócios sobre a indústria moderna, e sobre o conflito dos princípios pecuniários com as inclinações mais afins do instinto do trabalho eficaz:

It is difficult to believe that machine technology and the pursuit of the material sciences will be definitively superseded, for the reason, among others, that any community which loses these elements of its culture thereby loses that brute material force that gives its strength against its rivals. And it is equally difficult to imagine how any one of the communities of Christendom can avoid entering the funnel of business and dynastic politics, and so running through the process whereby the materialistic animus is eliminated. **Which of the two antagonistic factors may prove the stronger in the long run is something of a blind guess; but the calculable future seems to belong to the one or the other.** (VEBLEN, [1904] 1994, p. 400).

Assim é que, depois de várias páginas de discussão sobre as influências mútuas, a conexões e os possíveis resultados da prevalência de uma ou outra tendência para a economia, o autor, em nexos com seu postulado não teleológico, concluiu que é impossível prever a trajetória do sistema econômico nesse particular. E, mesmo que para o leitor esta pareça uma conclusão paradoxal, na medida em que Veblen dedicou boa parte do livro à exaltação das propensões no sentido do trabalho eficaz, ela é, sem a menor dúvida, coerente com sua reivindicação contra o finalismo nos sistemas de economia política.

Outro bom exemplo, que inclusive é bastante revelador da radicalidade de sua recusa à teleologia, é aquele em que o primeiro economista institucionalista surpreendia mesmo sua categoria fundamental, o instinto do trabalho eficaz, como engendrador de fins múltiplos. Há, em *TIWO*, aquilo que Veblen

1906 e 1907, no mesmo periódico. No ano de 1909, o *Journal of Political Economy* publicou *The Limitations of Marginal Utility*. Estes textos, além de outros, foram reunidos na coletânea “*The Place of Science in Modern Civilisation*”.

³⁶ Grifo nosso.

³⁷ Geoffrey HODGSON (2004, p. 148) afirma o mesmo que o autor da citação acima: “*Contrary to some Marxist and neoclassical thinking, Veblen hinted that multiple futures are possible. (...) History has no pre-ordained destination.*”

chamou de **autocontaminação do instinto do trabalho eficaz**. Algo que, derivado desta inclinação essencial, foi capaz de provocar, nos termos de causas e conseqüências, instanciacões sociais que se contraporiam àqueles resultados que pareceriam “naturais”, efeitos como que óbvios da rejeição instintiva dos esforços fúteis.

Embasado em estudos antropológicos de sua época, Thorstein Veblen estudou o que ele chamava de crenças antropomórficas e anismísticas (*anthropomorphic and animistic beliefs*), presentes em povos primitivos de várias partes do mundo³⁸. Estas crenças estão definidas em *TIWO* como: “... *to little if anything more than the naïve imputation of a workmanlike propensity in the observed facts.*” (VEBLEN, [1914] 1994, p. 52-53). Como exemplo, o autor citava o costume de certos povos nativos da América do Norte de imputar aos leitos de barro, dos quais o material para a confecção de cerâmicas era retirado, características de personalidade humana, que por isso diferenciariam, uns dos outros, os produtos feitos com barro de diferentes leitos (VEBLEN, [1914] 1994, p. 56-57). O importante, para notar sua rejeição à teleologia, é que Veblen fez surgir este hábito de pensar a partir de hábitos engendrados pelo próprio instinto que, se colocava objetivos fundamentais para a sobrevivência da espécie, também fora capaz de fazer nascerem caminhos que desviaram os homens da perseguição eficaz dos fins fixados por ele mesmo. VEBLEN ([1914] 1994, p. 53) explicava:

The reason of this imputation of conduct to external things is simple, obvious, and intimate in all men's apprehension; (...). All facts of observation are necessarily seen in the light of the observer's habits of thought, and the most intimate and inveterate of his habits of thought is the experience of his own initiative and endeavours. It is to this “apperception mass” that objects of apperception are finally referred, and it is in terms of this experience that their measure is finally taken. (...).

The sense of workmanship is like all human instincts in the respect that when the occasion offers, the agent moved by its impulse not only runs through a sequence of actions suitable to the instinctive end, but he is also given to dwelling, more or less sentimentally, on the objects and activities about which his attention is engaged by the promptings of this instinctive propensity.

Ainda, segundo Veblen, o enraizamento e desenvolvimento desse tipo de comportamento, com a complexificação de suas instanciacões, daria origem às comuns crenças em interferências providenciais na vida material humana e, da mesma forma, constituiria o fato social – a instituição de comportamento – de onde vai surgir a própria teleologia como forma de elaboração intelectual (VEBLEN, [1914] 1994, p. 59).

Para o autor de *TIWO*, esta autocontaminação do instinto do trabalho eficaz seria: “... *the most obstructive derangement that besets workmanship* ...” (VEBLEN, [1914] 1994, p. 52). A imputação de características antropomórficas aos fatos concretos da realidade, nessa análise vebleniana, aparece como o primeiro obstáculo às consecuções dos objetivos apontados pelo instinto tema do livro de 1914. Veblen contrapunha a compreensão animística dos fatos da realidade ao entendimento **prosaico** (*matter-of-fact*), que apreende os fenômenos de maneira impessoal, objetiva, não emotiva.³⁹ Na lógica do que se quer demonstrar aqui, pode-se interpretar a colocação de uma “autocontaminação” do instinto capital do trabalho eficaz como uma radicalização da busca por uma teoria não-teleológica que, mesmo a partir de sua categoria menos mutável, mais sólida – um instinto basilar para a sobrevivência da espécie – poderia dar abertura para divergências entre fins esperados, entre equilíbrios finalísticos do tipo de leis naturais e os fenômenos sociais que surgiram através dela⁴⁰.

É preciso dizer, por fim e em nome da coerência entre os escritos veblenianos, que essa persistente colocação de caminhos que difratam as sequências temporais em fins diversos estão assentadas nos textos

³⁸ É interessante notar que Veblen, um autor que pouco citava fontes, nesse ponto particular de *TIWO*, fez questão de referenciar os estudos antropológicos que utilizou.

³⁹ Veblen vai retomar este tema das apreensões prosaicas e animísticas, como mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento técnico e científico, em seu texto sobre a evolução da ciência: “*The Place of Science in Modern Civilisation*”.

⁴⁰ É controverso considerar se Veblen admitia a possibilidade de que instintos fundamentais pudessem se alterar ao longo do tempo, sob o efeito de condições “ambientais”, ou seja, influenciadas por instituições e hábitos. A opinião do autor deste texto é, baseada na leitura do capítulo introdutório de *TIWO*, de que Veblen admitia essa possibilidade, tendo o cuidado de anotar que essa mudança ocorre em um tempo deveras mais longo que as mudanças acontecidas no nível institucional.

do antigo institucionalista desde sua primeira obra de fôlego, *TCO*. Nela, o autor apresenta um interessantíssimo capítulo intitulado *Survivals of the Non-Invidious Interests*, no qual procurava estudar as instituições que poderiam contrapor a tendência que a existência da classe ociosa parecia conferir ao sistema social, isto é, a mitigação das ações em linha com o objetivo assentado pelo instinto do trabalho eficaz (VEBLEN, [1899], 1994, p. 332-362). Ali, Veblen considera - sempre ambíguo e parecendo o tempo todo renunciar um veredito sobre o futuro - a tenacidade de instituições como a caridade e o bom convívio (*conviviality*), além de outras expressões dos sentidos de solidariedade humana e da simpatia - esta, ao que tudo indica, no sentido smithiano mesmo. O antigo professor de Chicago, para mostrar as possibilidades múltiplas e de maneira análoga ao que iria fazer com os mais variados assuntos em obras posteriores, desenvolveu um raciocínio - sempre de forma coerente com seu protocolo de pesquisa - sobre como a instituição da classe ociosa, predominantemente perniciosa aos objetivos postos pelo instinto do trabalho eficaz, poderia se tornar um catalisador da permanência dessas motivações afins dos “interesses do processo da vida humana em geral” (*interests of the generically human life process*)⁴¹.

A mesma Recusa em Foucault, Veblen e a Superação da Episteme Moderna

Na seção de *APC* intitulada “Ricardo”, FOUCAULT (2007b, p. 361) colocou sobre o finalismo da *episteme* moderna:

...é que o saber não é mais constituído ao modo do quadro, mas ao da série, do encadeamento e do devir; quando vier, com a noite prometida, a sombra do desenlace, a erosão lenta ou a violência da História fará realçar, em sua imobilidade rochosa, a verdade antropológica do homem, (...), pois a historicidade se terá superposto exatamente à essência humana. O escoar do devir, com todos os seus recursos de drama, de olvido, de alienação, será captado numa finitude antropológica, que aí encontra em troca sua manifestação iluminada. A *finitude* com sua verdade se dá no *tempo*; e, desde logo, o *tempo* é *finito*.

E, nessa mesma seção, o pensador francês sugeria as vias de superação, o caminho possível e já apontado da ultrapassagem deste elemento da positividade moderna: “Essa disposição foi por longo tempo constringente; e, no fim do século XIX, Nietzsche a fez cintilar uma última vez, incendiando-a. (...) Foi Nietzsche, em todo caso, que queimou para nós, e antes mesmo que tivéssemos nascido, as promessas mescladas da dialética e da antropologia.” (FOUCAULT, 2007b, p. 361).

Jack AMARIGLIO (1988, p. 599) chama a atenção para o fato de que o filósofo francês, quando escreveu sobre as *epistemes*, não só as descreveu, mas além disso: “*Foucault welcomes the passing of the modern episteme; he believes it is taking place currently through the decentering of a variety of discursive forms.*” A arqueologia é, mais do que apenas um modo de olhar os discursos e descrever as positivities dos saberes, uma crítica. AMARIGLIO (1988, p. 60) segue sobre o que entende ser a posição do autor de *APC*:

..., as Foucault makes clear in the introduction to the English edition of *The order of things*⁴² and in *The archeology of knowledge*, his is not an antiquarian project. Indeed, Foucault is interested in intervening actively in the present construction of knowledge, and his later works, especially *Discipline and punish* and the several volumes of the *History of sexuality*, are clearly attempts to locate in the present a way out of the humanism and essentialism of modern discourses.

O economista, ainda, constata que Foucault definitivamente não notou no pensamento econômico qualquer sinal de ultrapassagem da *episteme* moderna; o que seria verdade para os discursos de outras áreas do saber (AMARIGLIO, 1988, p. 599).

Pode-se pensar que não foi sem motivo que justamente na seção de *APC* sobre Ricardo, e na qual o professor de História dos Sistemas de Pensamento do *Collège de France* fez uma análise sobre a

⁴¹ Em obra recente, Rick TILMAN (2007) analisa com grande profundidade este tema dos “interesses do processo da vida humana em geral” na obra de Veblen.

⁴² Este é o título das edições inglesas e norte-americanas de *APC*.

economia política de Marx, ele descreveu mais fortemente a característica finalística, teleológica da episteme moderna. Mais do que isso, nesse mesmo ponto da obra, ele propôs Nietzsche como o filósofo que teria “incendiado” essa disposição da positividade moderna. Desse modo, sendo este um distintivo da episteme moderna, em especial no que tange à economia política, e dado que a crítica e a superação dos finalismos nos sistemas de teoria econômica foram muito importantes, senão mesmo a tônica do trabalho de Veblen, não é irrazoável concluir que o economista norte-americano e o pensador francês assinalaram exatamente sobre o mesmo caráter da economia política surgida entre o final do século XVIII e início do XIX, e que se estende até os dias em que Foucault escrevia.

AMARIGLIO (1988, p. 600-602) sugere que é possível avaliar algumas evoluções do pensamento econômico como desenvolvimentos na direção pós-moderna, isto é, construídas sobre uma nova positividade. Nelas haveriam: *“a strong antihumanism, a desire to decenter economic analysis, a rejection of the primacy of anthropocentric categories of analysis, a refusal of historicism, and a denial of epistemologies that rely on a subject/object distinction.”* Para ele, a tradição marxista iniciada por Louis Althusser, professor de Foucault aliás, seria um exemplo dessa tendência.

Para os autores do artigo que se está lendo, a economia de Thorstein Veblen não representa, plenamente, uma evolução no sentido pós-moderno. Entretanto, indubitavelmente, dada a ênfase do antigo institucionalista norte-americano na recusa às teleologias, aos finalismos, e sendo esta uma das conseqüências fundamentais da episteme moderna para a economia política – uma das três – considera-se legítimo que se diga o trabalho de Veblen como um sistema de economia política que, ao menos, **aponta para fora da episteme moderna**. Não se quer aqui julgar se a crítica da economia política marxiana já houvera, no tempo de Veblen, realizado este apontamento ou não, o que possivelmente é verdadeiro ao se tomar a obra de Marx como um todo. Mas, deseja-se marcar que definitivamente Thorstein Veblen construiu (ou procurou construir), criticando os autores de economia política que o antecederam e procurando deitar as bases de um método, um sistema teórico, um protocolo de pesquisa que fizesse, ou como se disse acima, que engendrasses análises não teleológicas da economia.

Diz-se que o avanço de Thorstein Veblen ainda foi tímido porque, em primeiro lugar, à maneira como se descreveu anteriormente, é possível olhar sua economia política como encaixada plenamente nas duas outras conseqüências da episteme moderna para o pensamento econômico. Em segundo lugar, levando em consideração o que Amariglio sugere como as características da superação da episteme moderna, é preciso ainda pensar Veblen como um autor que abusa das categorias centradas no homem, algo cujo instinto é uma instância perfeita. E por último, porque Veblen, embora não tivesse se interessado pela discussão em torno da origem do valor das mercadorias, fez um “corte vertical”, uma descida profunda ao estabelecer conceitos sobre os quais sua teoria organiza-se essencialmente. Isso porque embora não exista no sistema vebleniano uma teoria do valor, como nos clássicos, neoclássicos e em Marx, existe uma lógica inerente, um modo de funcionamento que precisa ser desvendado, o qual se desenrola temporalmente e através de causações – mesmo que estas não sejam do tipo finalístico. Em Veblen há o formato das “leis interiores” na relação entre instintos e instituições que são desvendados como funcionando ao modo em que o autor de *TWO* descreve no seu “capítulo metodológico” do livro de 1914, e essa é uma característica deveras própria à episteme moderna.

A descentralização da análise econômica, pós-moderna, parece exigir, como afirma AMARIGLIO (1988, p. 599), usando o corpo humano como sinal e centro da episteme moderna, que:

If there is to be a human body, a body that has no depth, no center; a body that signifies nothing and whose order is concretely determined and redetermined. And, by all means, let this body take its place once again in the world in a horizontal arrangement, a juxtaposition of all things, so that Man and his body do not hegemonize the field of what is thinkable and knowable.

Marque-se, por fim, que apesar de Amariglio sugerir, mesmo vagamente, o que entende ser característico ao saber econômico de uma eventual episteme pós-moderna, Foucault é silente nesse sentido. Além do mais, se a economia política é pertencente irrevogavelmente à sua positividade, é de se esperar que o campo econômico do saber em condições de possibilidade pós-modernas seja qualquer coisa bastante diferente do que se conhece hoje por economia política. Ademais, a arqueologia, como bem anota AMARIGLIO (1988, p. 600), reconhece as epistemes *ex-post*, o que faz crer que a

identificação de um saber econômico pós-moderno, estritamente no sentido foucauldiano, só possa ser feita, ao menos a partir de quando suas características forem bastante sólidas, ou, mais provavelmente, quando se possam observar os primeiros sinais de sua desconstrução, assim como Foucault alega ter encontrado a episteme moderna.

UMA NOTA CONCLUSIVA SOBRE O OLHAR ARQUEOLÓGICO PARA A HISTÓRIA E A METODOLOGIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

No texto acima, procurou-se demonstrar o uso da arqueologia foucauldiana para a compreensão de um pensamento econômico original. Anota-se original porque o interesse é provocar a comparação entre o que se considera, na história do pensamento econômico, as diferentes bases das diversas escolas de economia. Na realidade, como Foucault sugeriu em *APC* no cotejo entre as economias políticas de Ricardo e Marx, se arqueologicamente estudado, o conhecimento econômico sob a égide das condições de possibilidade modernas mostra os variados ideários da economia política como mais afins do que díspares. Pela lente foucauldiana, portanto, é possível olhar as divergências das escolas de economia, muitas vezes consideradas “incomensuráveis”, “inultrapassáveis”, como resultados e habitantes das mesmas condições epistêmicas. Isso ainda que, como no caso do sistema vebleniano, se possa descobrir um apontamento para fora da positividade moderna. Enfim, essa análise arqueológica das economias políticas, como se quer sugerir aqui, pode ser usada para argumentar a favor e demonstrar melhor o caráter pluralístico do pensar sobre os fenômenos econômicos e, assim, advogar um maior diálogo entre os representantes das distintas vertentes. Deixe-se, então, a sugestão de se colocar sob a ótica da arqueologia foucauldiana as diversas abordagens das escolas de economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 4ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- AMARIGLIO, J. The body, economic discourse, and power: an economist's introduction to Foucault. **History of Political Economy**. vol 20, n. 4, 1988.
- AMARIGLIO, J. [Mensagem pessoal]. Enviada para cavaga@uol.com.br em 05 de fevereiro de 2010.
- BLAUG, M. **Economic Theory in Retrospect**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- CAIN, P. Introduction. In: VEBLEN, T. **The Theory of the Leisure Class**. London: Routledge/Thoemmes Press, 1994. (The Collected Works of Thorstein Veblen, v. 1).
- CONCEIÇÃO, O. A. C. Instituições e Crescimento Econômico: da “tecnologia social” de Nelson à “causalidade vebleniana” de Hodgson. In: **Anais do XXXVII Encontro Nacional de Economia**, Foz do Iguaçu, ANPEC, 2009.
- DIGGINS, J. P. **Thorstein Veblen: theorist of leisure class**. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- DORFMAN, J. **Thorstein Veblen and his America**. New York: Viking, 1947.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.
- FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**. Coleção Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 2007b.
- HODGSON, G. **The Evolution of Institutional Economics: agency, structure and Darwinism in American Institutionalism**. London: Routledge, 2004.

LEMERT, C. C. GILLIAN, G. **Michel Foucault**. Social Theory and Transgression. New York: Columbia University Press, 1982.

LIAGOURAS, G. Socio-economic Evolution and Darwinism in Thorstein Veblen: a critical appraisal. **Cambridge Journal of Economics**, vol. 33, 2009.

LIMA, I. V. de. **Foucault's Archeology of Political Economy**: for a rethinking of the methodology and historiography of economics. Tese de Doutorado. Stirling University, 2006.

MACHADO, R. **Foucault, a Ciência e o Saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MAJOR-POETZL, P. **Michel Foucault's Archeology of Western Culture**: toward a new science of history. Brighton: The Harvest Press, 1983.

MONASTÉRIO, L. M. **Guia para Veblen**: um estudo acerca da economia evolucionária. Pelotas: EDUFPe, 1998.

SCHABAS, M. **Natural Origins of Economics**. London, Chicago: The Chicago University Press, 2005.

SCREPANTI, E. ZAMAGNI, S. **An Outline of the History of Economic Thought**. 2nd Edition. New York, Oxford: Oxford University Press, 2005.

TILMAN, R. **Thorstein Veblen and the Enrichment of Evolutionary Naturalism**. Columbia, London: University of Missouri Press, 2007.

VEBLEN, T. Why Is Economics Not an Evolutionary Science? In: VEBLEN, T. **The Place of Science in Modern Civilisation**, and other essays. London: Routledge/Thoemmes Press, [1898a] 1994. (The Collected Works of Thorstein Veblen, v. 8).

VEBLEN, T. **The Theory of the Leisure Class**. London: Routledge/Thoemmes Press, [1899] 1994. (The Collected Works of Thorstein Veblen, v. 1).

VEBLEN, T. **The Instinct of Workmanship and the State of Industrial Arts**. London: Routledge/Thoemmes Press, [1914] 1994. (The Collected Works of Thorstein Veblen, v. 3).

VEBLEN, T. The Instinct of Workmanship and the Irsomeness of Labor. In: VEBLEN, T. **Essays in Our Changing Order**. London: Routledge/Thoemmes Press, [1898b] 1994. (The Collected Writings of Thorstein Veblen, v. 10).

VEBLEN, T. Overproduction Fallacy. In: VEBLEN, T. **Essays in Our Changing Order**. London: Routledge/Thoemmes Press, [1892] 1994. (The Collected Writings of Thorstein Veblen, v. 10).

VEBLEN, T. **Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times**. London: Routledge/Thoemmes Press, [1923] 1994. (The Collected Writings of Thorstein Veblen, v. 9).

VEBLEN, T. **The Theory of Business Enterprise**. London: Routledge/Thoemmes Press, [1904] 1994.